

PROJETO DE LEI N.º , DE 2025
(Da Sra., Fernanda Pessoa)

Dispõe sobre a comercialização de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) em estabelecimentos comerciais varejistas, como supermercados, por meio de convênios ou parcerias com farmácias e drogarias, nos termos da regulamentação da ANVISA.

Apresentação: 21/05/2025 10:06:44.310 - Mesa

PL n.2410/2025

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a comercialização de medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs) em estabelecimentos comerciais varejistas, como supermercados, desde que:

I – haja convênio, contrato ou parceria formal com farmácia ou drogaria devidamente licenciada e registrada nos órgãos competentes;

II – a comercialização ocorra sob supervisão técnica de profissional farmacêutico vinculado à farmácia parceira;

III – sejam observadas as normas sanitárias federais estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente quanto ao armazenamento, exposição e rastreabilidade dos medicamentos;

IV – os medicamentos estejam devidamente registrados na ANVISA como MIPs e embalados conforme as normas de segurança e orientação ao consumidor.

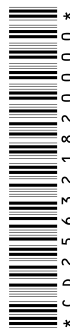
Art. 2º A responsabilidade técnica e sanitária pela venda dos medicamentos será compartilhada entre o estabelecimento varejista e a farmácia ou drogaria parceira, nos termos do regulamento a ser definido pela ANVISA.

Art. 3º A responsabilidade e obrigatoriedade de contratação do farmacêutico será de forma solidária entre o estabelecimento varejista e a farmácia ou drogaria parceira;

Parágrafo único: Fica vedada contratação de farmacêutico remoto para mais de 5 (cinco) estabelecimentos varejistas;

Art. 4º A ANVISA regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei, os procedimentos e requisitos específicos para a implementação da presente medida.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

Atualmente, grande parte da população brasileira enfrenta barreiras de acesso ao obter medicamentos simples, como analgésicos, antitérmicos, antialérgicos e antiácidos — produtos amplamente utilizados no cuidado primário da saúde. Em regiões com baixa concentração de farmácias ou horários comerciais restritos, o cidadão encontra dificuldades para adquirir medicamentos básicos, o que compromete o cuidado imediato e contínuo à saúde.

A autorização para venda de MIPs em supermercados, sob supervisão técnica e em parceria com farmácias, amplia os canais de acesso da população a esses medicamentos, reduzindo filas e deslocamentos desnecessários, além de oferecer maior comodidade ao consumidor, especialmente em situações de urgência leve e fora do horário comercial.

O projeto assegura que a comercialização ocorra exclusivamente por meio de convênios com farmácias e drogarias legalmente estabelecidas, com a supervisão de profissional farmacêutico responsável. Dessa forma, garante-se que:

O armazenamento, a exposição e a conservação dos medicamentos sigam os padrões da ANVISA;

Haja rastreabilidade dos produtos vendidos, conforme as exigências legais;

A responsabilidade técnica seja clara e compartilhada, evitando riscos à saúde pública.

O modelo aqui proposto está em consonância com os princípios do uso racional de medicamentos, preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e não abre precedentes para a comercialização indiscriminada ou sem controle técnico.

A descentralização da venda de MIPs contribui para estimular a concorrência saudável no mercado farmacêutico, o que tende a gerar impactos positivos nos preços praticados e na qualidade do atendimento. Estudos em países que adotaram modelos semelhantes, como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, indicam que a medida pode levar à **redução de preços e aumento da disponibilidade dos produtos**, sem comprometer a segurança sanitária.

Este projeto preserva plenamente as competências da ANVISA e das autoridades sanitárias estaduais e municipais, ao prever que a regulamentação específica será elaborada pela agência dentro de sua autonomia técnica. O texto também deixa claro que a venda de medicamentos sujeitos a prescrição médica continuará restrita às farmácias e drogarias, afastando qualquer risco de banalização ou uso indevido de medicamentos.

Diante desses fundamentos, propomos a presente medida como uma ação concreta de modernização do sistema de acesso a medicamentos no Brasil, equilibrando **ampliação do acesso, segurança regulatória e inovação no setor varejista**, com foco na melhoria da saúde pública e na qualidade de vida da população.

Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Câmara dos Deputados,

Sala das Sessões, de de 2025

FERNANDA PESSOA

Deputada Federal

União Brasil/CE

Apresentação: 21/05/2025 10:06:44.310 - Mesa

PL n.2410/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256321820000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Pessoa

